

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM RENATO ORTIZ

Ceres Karam Brum

Renato Ortiz, professor do Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, publicou, recentemente, pela Editora Brasiliense, o livro *Trajetos e Memórias*. Uma narrativa densa, em que revisita cerca de 20 anos depois o texto que produziu para obtenção do título de livre docente. Trata-se de seu único título brasileiro, já que parte significativa de sua formação foi feita na França.

A *Revista Século XXI* tem o prazer de entrevistá-lo em um momento ímpar de seu percurso intelectual. Com 15 livros publicados e várias traduções, o autor se constitui em uma das maiores referências brasileiras na Sociologia da Cultura, com passagens como professor e pesquisador por importantes universidades na Europa, Estados Unidos e América Latina, das quais destacamos: Lovain, Columbia, Stanford, Oxford, Escuela de Antropologia do México, FLACSO e École des Hautes Études en Sciences Sociales.

O seu livro *Trajetos e memórias* começa com uma frase que convida a um mergulho profundo nas densas camadas de reconstrução de tempo e espaço utilizadas para significar seu percurso: “As marcas da memória encerram uma ambigüidade latente, são indelévels e opacas, uma névoa espessa mascara os traços de suas pegadas” (p.7). Que motivos o levaram a esta recuperação arqueológica e reescrita do seu memorial de livre docência, neste momento da sua trajetória acadêmica?

Renato Ortiz: *Trajetos e Memórias* é um texto diferente dos outros, mas não apenas por ser uma narrativa na primeira pessoa; na verdade, eu não tinha a intenção de escrevê-lo na forma como ele veio a se materializar. Meus livros, geralmente, são frutos de um projeto e de um trabalho de pesquisa anterior. Com o memorial, meu objetivo inicial era simplesmente redigir algo convencional, como outros colegas haviam feito antes de mim, cujo objetivo seria a obtenção de um título. No entanto, ao sentar-me diante da tela do computador, iniciei-me cedo neste tipo de tecnologia, desde minha estadia na Columbia University, tropecei com os meandros da memória. Os primeiros parágrafos lançaram-me numa direção imprevista, sendo capturado pelo ritmo das lembranças. Que motivos me levaram a isso? Talvez eles sejam de natureza diversa. O fato de não possuir nenhum título

universitário brasileiro (abandonei os estudos de Engenharia do quarto para o quinto ano) provavelmente tenha tido, como digo na apresentação do livro, alguma influência. Eu me sentia pouco à vontade em elaborar um texto cuja utilidade se esgotaria num processo seletivo particular. Por outro lado, havia certa presença de Bastide. Lembro-me, quando fazia o curso de Sociologia da Religião com Henri Desroches (responsável pela publicação dos *Archives des Sciences Sociales des Religions*), de que uma vez ele o convidou, apresentando-o aos estudantes como “o homem da memória”. O primeiro texto que publiquei, ainda escrito em francês, foi um trabalho de fim de curso que discuti com Bastide: “*Du syncrétisme à la synthèse: l’Umbanda une religion brésilienne*”. Nele, o tema da memória coletiva estava presente e dialogava com um outro texto seu, cujo título era: “*Mémoire collective et sociologie du bricolage*”. Havia, ainda, um outro fator, do qual fui tomando consciência à medida que progredia na escrita. Eu me sentia um *outsider* no mundo acadêmico brasileiro. Minha trajetória pessoal havia me afastado das trilhas usuais. De certa maneira, rememorar os meus passos era esclarecer alguns contornos ainda obscuros de minha trajetória. Sei que entre nós não se cultiva o gênero literário “autocentrado” e, por isso, durante anos relutei em publicar o texto, mas eu queria, através da arte mnemônica, construir um relato no qual eu era, em parte objeto, em parte narrador. Parecia-me ser possível combinar uma dimensão pessoal, mas sem resvalar para a autobiografia, na qual, enquanto narrador, eu “falasse” das Ciências Sociais de um outro ângulo. O tema da memória funcionaria como exercício de recordação e artifício na estruturação de uma narrativa.

Embora sua formação em Ciências Sociais de graduação e pós-graduação tenha se dado na França, o conjunto de sua obra é dedicado a pensar a cultura brasileira. Quais as suas principais influências neste percurso?

Renato Ortiz: O fato de ter estudado na França e, posteriormente, viajado para os Estados Unidos marcou o meu trajeto. Este desenraizamento inicial persegue-me até hoje. Não é fácil falar de nossas próprias realizações, conseguimos enxergar algumas coisas, mas deixamos outras à sombra. Penso que, no conjunto de meus escritos, existem dois momentos. No primeiro, dediquei-me, como está explícito na sua pergunta, à problemática da “cultura brasileira”: cultos afro-brasileiros, cultura popular, identidade nacional, indústria cultural, telenovela. Nunca pensei em termos de influências (digo em relação a autores) durante este período. Tenho, porém, consciência de que partia de uma herança que me antecedia de um século. A questão nacional no Brasil e na América Latina é uma constante desde o final do XIX. Fui obrigado, assim, a dialogar com um conjunto de autores e textos, dos folcloristas à escola de Sociologia da USP, dos modernistas aos isebianos. A problemática da cultura brasileira era algo que eu, instintivamente, havia incorporado por ter vivido o circuito universitário dos anos 60 (cinema novo, festivais de MPB, teatro novo etc.). Procurei, no entanto, reler esta herança intelectual no contexto de um Brasil que se transformava a passos largos, pois a ditadura militar desempenhou entre nós um papel modernizador. Neste sentido, existia certa continuidade entre meus estudos sobre os cultos afro-brasileiros e a temática da indústria cultural que trabalhei em *A Moderna Tradição Brasileira*. Embora os objetos sejam distintos, a questão da modernidade e do nacional os aproximava. Um segundo momento diz respeito a meu interesse pelo processo de mundialização da

cultura. Ele nasce de minhas preocupações anteriores, relativas ao Brasil, mas tomam outra inflexão no âmbito do mundo globalizado. Esses estudos rompem com a tradição anterior, levando-me para outros horizontes. Livros como *Cultura e Modernidade: a França no século XIX*, *O Próximo e o Distante: Japão e Modernidade-Mundo*, *A Diversidade dos Sotaques: o Inglês e as Ciências Sociais*, tratam de objetos que transbordam as fronteiras do nacional. Mesmo assim, mantive algumas preocupações anteriores, a problemática da nação e da identidade, porém, redefinidas na situação de globalização.

A formação de pós-graduação em Ciências Sociais na França permite, ainda hoje, uma interlocução entre a Sociologia e a Antropologia. Sua trajetória pessoal exemplifica esta interlocução, uma vez que sua dissertação de mestrado foi orientada por Edgar Morin e a tese de doutorado por Roger Bastide. Como essa circulação contribuiu para a constituição epistemológica dos seus temas de pesquisa e escolha dos seus referenciais teórico-metodológicos?

Renato Ortiz: Não creio muito na solidez das disciplinas (quero dizer, eu as aceito, mas de maneira crítica). Estou convencido que existem algumas diferenças entre Sociologia e Antropologia, mas elas não de natureza epistemológica. No fundo, a intenção das “ciências das sociedades”, sejam elas indígenas ou o Estado-nação, é compreender as relações sociais. Os problemas que se colocam são semelhantes: como o observador consegue apreender tais realidades, em que medida as pré-noções são um empecilho para tal entendimento, que métodos e técnicas seriam os mais adequados para se construir o objeto “sociológico” ou “antropológico”. Vejo um certo exagero em se afirmar que a “observação participante” é o método por excelência da Antropologia. A rigor, tal argumento não se aplicaria até mesmo a autores como Levy-Strauss; por outro, este tipo de aproximação da realidade pode perfeitamente ser utilizado pelos sociólogos. O que existe são tradições diferentes. A Sociologia iniciou-se pela compreensão da modernidade (a fábrica, o urbano, as empresas etc.) enquanto a Antropologia concentrou-se nos chamados povos “primitivos” (o vocábulo permaneceu em uso até os anos 50). São trilhas distintas que nos remetem a heranças intelectuais diferenciadas. Penso que os cientistas sociais deveriam ser bilíngues, “falar”, no mínimo, essas duas tradições. No caso da França, as fronteiras entre Sociologia e Antropologia nunca foram intransponíveis, e eu percebia isso como um enriquecimento, não uma dubiedade profissional. Dou um exemplo em relação ao meu próprio trabalho: a reflexão sobre a nação. Nela busquei incorporar os aspectos econômicos, sociais, as controvérsias políticas, mas também os aspectos culturais, ritualísticos, que configuram a nação moderna como construção de uma memória coletiva. Os estudos de Van Gennep e Turner me ajudaram, em muito, a compreender uma festa como o carnaval, embora nunca tenha sido seduzido pela tentação culturalista em compreender as expressões populares como manifestações de uma “autêntica” identidade nacional. Creio que mesmo em estudos mais recentes sobre a modernidade-mundo e o Japão, a dívida que tenho com a Antropologia se manifesta.

Em *Trajetos e memórias*, maio de 68 é significado como “uma profusão de símbolos em que contestação e prazer se confundiam” (p.45). A Paris desse período pode ser entendida como um mito fundador ou apenas como um lugar de memória na sua história de vida? O senhor continua um *gauchiste*, isto ainda faz sentido?

Renato Ortiz: Nem mito, nem lugar de memória. Como digo em *Trajetos e Memórias*, minha atração pela efervescência do gauchismo era temperada pelo meu constrangimento diante de seu histrionismo. O problema era equilibrar-me no fio da navalha. Provavelmente eu nunca tenha sido realmente um *gauchiste*, mas não é isso que importa. O fato de ter vivido num determinado lugar, numa determinada época, marcou minha experiência pessoal. Eu saí de um país no qual a ditadura militar silenciava a todos e encontrei Paris numa efervescência intelectual e política que mal suspeitava. Um clima de experimentação, criatividade e debates envolveu-me dos pés à cabeça. Foi uma experiência única, malgrado todas as adversidades cotidianas (o trabalho de imigrante, os *chambre de bonnes*, as dificuldades financeiras). Nas conversas futuras que tive com um grande amigo, Octávio Ianni, ele repetidamente dizia: “Renato, você teve sorte”. Custei a entender o que ele entendia por isso. Se eu tivesse permanecido no Brasil, minha formação estaria inevitavelmente tensionada pelo quadro das disputas ideológicas. A luta contra o autoritarismo não permitia ambiguidades ou mediações, era ser a favor ou contra. Na França escapei a este destino. Podia transitar mais livremente entre autores, ideias e livros. Tive, ainda, a sorte de cruzar com nomes importantes, de Passeron, meu professor em Vincennes, a Michel Foucault, cujos cursos no Collège de France seguia com admiração e entusiasmo. Talvez esta ambiência tenha moldado minha conduta, retenho ainda dos ideais de 68 o gosto pelo indeterminado, pelo novo. Pensar, como existir, exige algum tipo de transgressão, uma quebra do protocolo das fronteiras, sem o quê os textos e a vida tornar-se-iam insípidos.

As Ciências Sociais na atualidade vivem uma exigência de interdisciplinaridade, uma necessidade de pensar um social que se tornou mundializado e de repensar suas próprias fronteiras enquanto produção de conhecimento. Como definir esse “novo” território da identidade intelectual dos cientistas sociais?

Renato Ortiz: Creio que As Ciências Sociais vivem hoje um dilema. Por um lado, existe toda uma tradição intelectual que se consolidou ao longo do século XX. Temas, objetos, bibliografia, autores, constituem o seu patrimônio. O panorama atual, quando contrastado ao XIX, momento no qual emerge uma reflexão acadêmica sobre as sociedades, é certamente positivo. No entanto, as transformações recentes, particularmente o processo de globalização, impõem novos desafios. As fronteiras construídas, se por um lado definem as identidades de algumas disciplinas, por outro, são incapazes de compreender determinados objetos que fogem de sua “jurisdição”. A questão da interdisciplinaridade surge desse impasse. A necessidade de se dar conta de fenômenos sociais que se encaixam mal nos limites institucionalmente estabelecidos.

Ao falar dos desafios da passagem de sua formação em Engenharia para as Ciências Sociais o senhor afirma que “os cientistas sociais não erram, simplesmente se equivocam” (p.67). Como entender sua afirmação do ponto de vista da produção de objetividade nas Ciências Sociais?

Renato Ortiz: O tema da objetividade nas Ciências Sociais é sempre problemático, controverso. No universo das ciências da natureza, as certezas são organizadas a partir de referenciais mais sólidos: o cálculo matemático, a experiência nos laboratórios, as leis universais. Por isso os cientistas dizem, com tranquilidade, “erramos”, “a experiência falhou”. As Ciências Sociais movimentam-se no terreno de uma incerteza maior; o equívoco é a expressão do predomínio da interpretação, e, como sabemos, ela dá sempre margem de ser contestada por outra. Neste sentido, os cientistas sociais não “erram”, pois sua prática se enraíza no solo movediço da interpretação. Digo sempre, contrariamente às ciências da natureza, que, nas Ciências Sociais, as fronteiras são porosas. A autonomia do saber encontra-se permanentemente desafiada pelas exigências do contexto histórico. Por isso acho sugestiva a ideia de Bourdieu e Passeron de vigilância epistemológica. A construção do objeto sociológico nunca está garantida de antemão, é necessário um trabalho constante para realmente diferenciá-lo do senso comum. Neste sentido, a objetividade não é algo dado de forma permanente pelas fronteiras disciplinares, ela é uma conquista que se realiza a cada trabalho que empreendemos.

Há um destaque importante em *Trajetos e memórias* ao trabalho de campo, à observação participante e a empiria, mas ao mesmo tempo uma crítica ao lugar disciplinar da Antropologia que, no Brasil, se apropria destas noções e as institucionaliza. Estaríamos frente à produção de uma falsa “consciência fragmentada” nas Ciências Sociais?

Renato Ortiz: A crítica não se restringe à Antropologia, ela é mais ampla. O processo de institucionalização das Ciências Sociais, que no Brasil foi tardio, implica na constituição de fronteiras disciplinares que, muitas vezes, me parecem inconsistentes com as questões de ordem teórica. Gosto da ideia de “fenômeno social total”, de Marcel Mauss. A explicação, ou seja, a construção do objeto deveria levar em consideração os múltiplos planos que o atravessam. Tenho a impressão que a disciplinarização excessiva desconsidera este tipo de preocupação. Neste sentido, houve um movimento contraproducente de fragmentação, sobretudo se considerarmos que cada disciplina abriga subespecializações infundáveis.

O conjunto de sua obra nos mostra uma pluralidade significativa de temas como religião, folclore, comunicação, indústria cultural, literatura e história das ideias que o inscreve como um dos mais importantes representantes dos estudos culturais, na atualidade. Ao mesmo tempo, sua produção se caracteriza por uma reflexão epistemológica das Ciências Sociais expressa em seus textos sobre os pensamentos de Pierre Bourdieu e Octavio Ianni e em “*A Diversidade dos Sotaques: o Inglês e as Ciências Sociais*”, publicado em 2008. Como se deu esta construção?

Renato Ortiz: Da mesma maneira que desconfio das fronteiras, tenho certa insatisfação em separar, de maneira radical, teoria e empiria. Sei que esta é uma tendência entre certos sociólogos, o que, inevitavelmente, nos conduz a uma divisão de trabalho entre teóricos e pesquisadores. Penso que a reflexão constante sobre a prática das Ciências Sociais, ou seja, conceitos, ideais autores, contextos históricos, é salutar para o pensamento e para os trabalhos específicos que estamos realizando. No meu caso, desde cedo tive um interesse por esta dimensão considerada por muitos como “teórica”. A introdução ao livro de

Bourdieu, publicada na coleção *Grandes Cientistas Sociais*, manifesta isso; mas antes já tinha me ocupado de Gramsci, e inclusive arriscado uma comparação entre Gramsci e Weber a respeito dos fenômenos religiosos. O pequeno livro que escrevi, *Românticos e Folcloristas*, é também uma incursão na esfera da história das ideias. A temática da globalização apenas aprofundou este interesse. Não se pode esquecer que esta problemática possui duas faces: uma, relativa aos processos sociais que nos envolvem, outra, como pensá-los no quadro de uma tradição teórica que o desconhecia. Isso implica em se reposicionar o olhar em relação ao objeto sociológico e em repensar, pelo menos em parte, a tradição que nos foi legada. Por isso o debate é, simultaneamente, sobre a atualidade e as categorias de pensamento que necessitamos para apreender a sua dinâmica. O livro sobre a supremacia da língua inglesa insere-se dentro desta perspectiva. Eu queria compreender como se transformou, no seio da modernidade-mundo, o “modo de produção” das Ciências Sociais.

A leitura de *Trajetos e Memórias* e, sobretudo, de alguns de seus textos que analisam a questão da mundialização, como *O Próximo e o Distante: Japão e Modernidade-Mundo*, *Mundialização e Cultura* e *Um Outro Território: Ensaio Sobre a Mundialização*, demonstra a importância que a circulação internacional e a desterritorialização têm em seu percurso. É possível entender a escolha de seus objetos como *bricolada* a uma possibilidade de formação internacional que põe em circulação saberes e ideias, mas que, ao mesmo tempo, sublinha certa vocação nacional das Ciências Sociais?

Renato Ortiz: Sim, por isso utilizo a ideia de sotaques. O idioma das Ciências Sociais, necessariamente, deve ser cosmopolita (evito o termo universal), mas a sua realização se faz em línguas específicas. Cada uma delas lhe imprime um sotaque distinto. Dificilmente poderíamos trabalhar a problemática da mundialização da cultura a partir das fronteiras nacionais, um esforço de desterritorialização é preciso. No entanto, encontramos-nos situados no quadro da língua e do contexto histórico. Por isso não acredito, como comumente se lê na literatura anglo-saxônica, na ideia de uma “teoria da globalização”. O singular me incomoda. Penso que o processo é múltiplo e somente pode ser apreendido através das diferentes tradições intelectuais existentes.

A afirmação de Pierre Bourdieu de que a história é um terreno movediço e perpassado pelo mito das origens é retomada em *Trajetos e Memórias*. O senhor a utiliza para refletir sobre a identidade da Sociologia brasileira em uma perspectiva histórica, como uma necessidade salutar de interpretação. Entretanto, o saldo que apresenta é negativo apesar de uma ampliação quantitativa dos programas de pós-graduação no Brasil. Quais as razões desse pessimismo? Estamos a caminho do esgotamento de uma tradição “sem capital simbólico”?

Renato Ortiz: Não se trata propriamente de pessimismo. Não tive a intenção, no livro, de fazer um balanço das Ciências Sociais brasileiras. Isso dificilmente se encaixaria dentro de minha narrativa, que tem a memória como fio condutor. No entanto, você tem razão, ao citar Bourdieu, que uma reflexão crítica sobre “nossas origens” é importante. O que me interessou não foi tanto o pensamento sociológico no Brasil, mas a forma como a prática sociológica se desenvolve e se desenvolveu entre nós. Sempre me incomodou esta

abordagem quantitativa que tende a ler o universo das ideias através dos números e das estatísticas. Prefiro privilegiar o trabalho intelectual às avaliações deste tipo. Creio que se tornou senso comum entre nós considerar que as notas dos programas, atribuídas pela Capes, são praticamente equivalentes ao valor das análises realizadas pelos cientistas sociais. Isso é um equívoco. O fato de um programa de pós-graduação ser 7 ou 5 não diz absolutamente nada sobre os “meus” livros ou “minhas” ideias. No entanto, ao se propor este tipo de assimilação substitui-se o debate acadêmico por parâmetros institucionais. Não se trata de se desconsiderar a expansão da pesquisa e dos cursos de pós-graduação no Brasil. Isso é certamente importante. Temos hoje um sistema nacional que exigiu a aplicação de recursos, formação de quadros e, indubitavelmente, implantou a prática das Ciências Sociais de maneira incontestada. Entretanto, não devemos nos entusiasmar demasiadamente com esta dimensão material, imprescindível para nós. Ela é importante, mas também enganosa.